



PRF

POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

## LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	10
Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	11
Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais.....	14
Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	19
Emprego das classes de palavras.....	27
Emprego dos sinais de pontuação.....	39
Concordância verbal e nominal.....	43
Regência verbal e nominal.....	46
Emprego do sinal indicativo de crase.....	49
Colocação dos pronomes átonos.....	51
Significação das palavras.....	53
Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	55
Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República); Aspectos gerais da redação oficial; Finalidade dos expedientes oficiais; Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero.....	57
Questões.....	58
Gabarito.....	70

SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Modelagem de situações-problema por meio de equações do 1º e 2º grau e sistemas lineares.....	1
Noção de função. Análise gráfica. Funções afim, quadrática, exponencial e logarítmica. Aplicações.....	8
Taxas de variação de grandezas. Razão e proporção com aplicações.....	27
Regra de três simples e composta.....	29
Porcentagem.....	31
Regularidades e padrões em sequências. Sequências numéricas. Progressão aritmética e progressão geométrica.....	33
Noções básicas de contagem, probabilidade.....	37
Estatística: Descrição e análise de dados. Leitura e interpretação de tabelas e gráficos apresentados em diferentes linguagens e representações. Cálculo de médias e análise de desvios de conjuntos de dados.....	45
Noções básicas de teoria dos conjuntos.....	57
Análise e interpretação de diferentes representações de figuras planas, como desenhos, mapas e plantas. Utilização de escalas. Visualização de figuras espaciais em diferentes posições. Representações bidimensionais de projeções, planificações e cortes. Métrica. Áreas e volumes.....	63
Estimativas. Aplicações.....	83
Questões.....	84
Gabarito.....	92

## INFORMÁTICA

Conceito de internet e intranet. Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a internet/intranet. Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação de busca, de pesquisa.....	1
Correio eletrônico.....	7
Grupos de discussão.....	12
Redes sociais.....	15
Ferramentas colaborativas.....	19
Noções de sistema operacional (ambiente Windows).....	22
Acesso a distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.....	44
Transformação digital. Internet das coisas (IoT). Big data. Inteligência artificial.....	46
Conceitos de proteção e segurança. Noções de vírus, worms, phishing e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware, VPN, etc.).....	50
Computação na nuvem (cloud computing).....	59

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Questões .....	62
Gabarito.....	67

## FÍSICA

Cinemática escalar, cinemática vetorial .....	1
Movimento circular .....	10
Leis de Newton e suas aplicações .....	14
Trabalho .....	19
Potência.....	21
Energia cinética, energia potencial, atrito.....	22
Conservação de energia e suas transformações .....	24
Quantidade de movimento e conservação da quantidade de movimento, impulso .....	25
Colisões.....	27
Questões .....	30
Gabarito.....	36

## ÉTICA E CIDADANIA

Ética e moral.....	1
Ética, princípios e valores.....	3
Ética e função pública: integridade.....	4
Ética no setor público. ....	8
Princípios da Administração Pública: moralidade (art. 37 da CF).....	10
Deveres dos servidores públicos: moralidade administrativa (Lei nº 8.112/1990, art. 116, IX) .....	15
Política de governança da administração pública federal (Decreto nº 9.203/2017).....	16
Promoção da ética e de regras de conduta para servidores.....	21
Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) .....	25
Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal e Comissões de Ética (Decreto nº 6.029/2007) .....	29
Código de Conduta da Alta Administração Federal (Exposição de Motivos nº 37/2000) .....	33
Ética e democracia: exercício da cidadania .....	38
Promoção da transparência ativa e do acesso à informação (Lei nº 12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012) .....	40

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



Tratamento de conflitos de interesses e nepotismo (Lei nº 12.813/2013 e Decreto nº 7.203/2010) .....	70
Questões .....	75
Gabarito.....	79

## GEOPOLÍTICA

O Brasil político: nação e território .....	1
Organização do Estado Brasileiro .....	5
A divisão interregional do trabalho e da produção no Brasil .....	10
A estrutura urbana brasileira e as grandes metrópoles.....	14
Distribuição espacial da população no Brasil e movimentos migratórios internos.....	20
Integração entre indústria e estrutura urbana e setor agrícola no Brasil .....	25
Rede de transporte no Brasil: modais e principais infraestruturas .....	28
A integração do Brasil ao processo de internacionalização da economia .....	33
Geografia e gestão ambiental .....	36
Macrodivisão natural do espaço brasileiro: biomas, domínios e ecossistemas .....	40
Questões .....	48
Gabarito.....	53

## LÍNGUA INGLESA

Compreensão de texto escrito em língua inglesa .....	1
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos .....	4
Questões .....	60
Gabarito.....	72

## LÍNGUA ESPANHOLA

Compreensão de texto escrito em língua espanhola .....	1
Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos .....	3
Questões .....	13
Gabarito.....	23

## DIREITO ADMINISTRATIVO

Noções de organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista .....	1
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies .....	7

# SUMÁRIO



Agentes públicos: Legislação pertinente; Lei nº 8.112/1990 e suas alterações; Disposições constitucionais aplicáveis; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública; Carreira de policial rodoviário federal; Lei nº 9.654/1998 e suas alterações (carreira de PRF); Lei nº 12.855/2013 (indenização fronteiras); Lei nº 13.712/2018 (indenização PRF); Decreto nº 8.282/2014 (carreira de PRF) .....	26
Poderes administrativos: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder.....	95
Licitação: Princípios; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade; Modalidades; Tipos; Procedimento.....	106
Controle da Administração Pública: Controle exercido pela Administração Pública; Controle judicial; Controle legislativo.....	129
Responsabilidade civil do Estado: Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado .....	138
Regime jurídico-administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da Administração Pública .....	145
Questões .....	161
Gabarito.....	165

## DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder constituinte: Fundamentos do poder constituinte; Poder constituinte originário e derivado; Reforma e revisão constitucionais; Limitação do poder de revisão; Emendas à Constituição.....	1
Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; Direitos sociais, nacionalidade, cidadania e direitos políticos; Garantias constitucionais individuais; Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; Remédios constitucionais.....	5
Poder Executivo: Forma e sistema de governo; Chefia de Estado e chefia de governo; Atribuições e responsabilidades do presidente da República .....	24
Da União: bens e competências (arts. 20 a 24 da CF) .....	30
Defesa do Estado e das instituições democráticas: Forças Armadas (art. 142, CF); Segurança pública (art. 144 da CF); Organização da segurança pública; Atribuições constitucionais da Polícia Rodoviária Federal.....	34
Ordem social: Base e objetivos da ordem social; Seguridade social; Meio ambiente; Família, criança, adolescente, idoso, índio .....	37
Questões .....	44
Gabarito.....	48

# SUMÁRIO

# SUMÁRIO



## DIREITO PENAL

Princípios básicos.....	1
Aplicação da lei penal: Lei penal no tempo; Tempo do crime; Conflito de leis penais no tempo; Lei penal no espaço; Lugar do crime; Territorialidade; Extraterritorialidade.	4
Tipicidade: Ilicitude; Causas de exclusão da ilicitude; Excesso punível; Culpabilidade: Causas de exclusão da culpabilidade; imputabilidade; Erro de proibição.....	13
Crime doloso e crime culposo; Erro de tipo.....	38
Crime consumado e tentado .....	45
Crime impossível.....	51
Punibilidade e causas de extinção .....	53
Crimes: Crimes contra a pessoa .....	63
Crimes contra o patrimônio .....	108
Crimes contra a dignidade sexual .....	135
Crimes contra a incolumidade pública.....	150
Crimes contra a fé pública.....	168
Crimes contra a Administração Pública.....	181
Questões .....	191
Gabarito.....	196

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ação penal: Conceito; Características; Espécies; Condições.....	1
Termo Circunstanciado de Ocorrência (Lei nº 9.099/1995).....	4
Atos processuais: forma, lugar e tempo .....	18
Prova: Conceito, objeto, classificação; Preservação de local de crime; Requisitos e ônus da prova; Provas ilícitas; Meios de prova: pericial, interrogatório, confissão, perguntas ao ofendido, testemunhas, reconhecimento de pessoas e coisas, acareação, documentos, indícios; Busca e apreensão: pessoal, domiciliar, requisitos, restrições, horários .....	24
Prisão: Conceito, formalidades, espécies e mandado de prisão e cumprimento; Prisão em flagrante .....	39
Identificação Criminal (art. 5º, LVIII, da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 12.037/2009) .....	44
Diligências Investigatórias (art. 6º e 13 do CPP).....	45
Questões .....	51
Gabarito.....	56

# SUMÁRIO



## DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos na Constituição Federal; A Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos.....	1
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	2
Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto nº 678/1992).....	6
Questões.....	27
Gabarito.....	31

## LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) e suas alterações, inclusive as da Lei nº 14.071/2020.....	1
Lei nº 5.970/1973.....	97
Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações:	
04/1998.....	98
14/1998.....	102
24/1998.....	102
36/1998.....	116
92/1998, exceto os anexos.....	117
110/2000.....	119
160/2004.....	120
210/2011.....	122
211/2006; 290/2008.....	123
216/2006; 254/2007.....	125
227/2007, exceto os anexos.....	129
253/2007.....	131
268/2008.....	133
292/2008.....	134
349/2010.....	137
360/2010.....	140
432/2013.....	142
441/2013; Anexo I.....	145
798/2020.....	146
803/2020.....	151
806/2020.....	168
809/2020.....	169
810/2020.....	172
Questões.....	177
Gabarito.....	181

# SUMÁRIO



## LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Lei nº 5.553/1968 e Lei nº 12.037/2009 .....	1
Lei nº 8.069/1990 e suas alterações .....	4
Lei nº 8.072/1990 e suas alterações .....	70
Decreto nº 1.655/1995.....	74
Lei nº 9.099/1995 e suas alterações .....	75
Lei nº 9.455/1997 e suas alterações .....	88
Lei nº 9.605/1998 e suas alterações: Capítulos III e V.....	89
Lei nº 10.826/2003 e suas alterações: Capítulo IV .....	96
Lei nº 11.343/2006 e suas alterações .....	98
Lei nº 12.850/2013 e suas alterações .....	121
Lei nº 13.675/2018 .....	131
Lei nº 13.869/2019 .....	152
Questões .....	158
Gabarito.....	162

# SUMÁRIO



### DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

**Compreensão** refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

#### Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

#### Exemplo de interpretação:

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

### TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).



## Raciocínio Lógico-Matemático

A modelagem de situações-problema por meio de equações do 1º e 2º graus, bem como sistemas lineares, é uma abordagem essencial na resolução de problemas práticos em diversas áreas, incluindo matemática aplicada, física, economia e engenharia.

Aqui estão algumas considerações sobre esse processo:

- **Equações do 1º Grau - definição:** equações lineares do 1º grau são aquelas em que a incógnita possui o expoente igual a 1.

Modelagem: situações envolvendo variações diretas, proporções e relações lineares podem ser modeladas por equações do 1º grau.

- **Equações do 2º Grau:** equações quadráticas ou do 2º grau incluem termos com a variável elevada ao quadrado.

Modelagem: problemas que envolvem fenômenos parabólicos, como trajetórias de projéteis, podem ser modelados por equações do 2º grau.

- **Sistemas Lineares:** um sistema linear envolve duas ou mais equações lineares que compartilham as mesmas variáveis.

Modelagem: situações que requerem a consideração de múltiplas variáveis ou condições simultâneas podem ser representadas por sistemas lineares.

Processo de Modelagem:

**Identificação do Problema:** compreensão clara do problema prático que se deseja resolver.

**Tradução para a linguagem matemática:** a criação de equações ou sistemas lineares que descrevam a situação.

**Resolução Matemática:** utilização de métodos algébricos para resolver as equações ou sistemas.

**Interpretação dos Resultados:** relacionamento dos resultados matemáticos de volta ao contexto original do problema.

**Validação do Modelo:** verificação se o modelo matemático representa adequadamente a situação real.

É importante para conhecer os conceitos matemáticos que abordam cada uma das equações e sistemas lineares.

### ► Equação do 1º grau

As equações do primeiro grau são aquelas que podem ser expressas na forma  $ax + b = 0$ , onde  $a$  e  $b$  são constantes reais, com  $a$  diferente de 0, e  $x$  é a variável. A resolução desse tipo de equação é baseada nas propriedades da igualdade descritas a seguir. Adicionar ou subtrair um mesmo número de ambos os lados de uma equação mantém a igualdade. Da mesma forma, dividir ou multiplicar ambos os lados de uma equação por um mesmo número não nulo preserva a igualdade.

### Membros ou termos de uma equação

Em uma equação, a expressão localizada à esquerda da igualdade é denominada o 1º membro da equação, enquanto a expressão posicionada à direita da igualdade é conhecida como o 2º membro da equação.



A internet transformou radicalmente a maneira como nos comunicamos, trabalhamos e acessamos informações. Trata-se de uma rede global de computadores interconectados que permite a troca de dados e serviços entre dispositivos em todo o mundo. Essa interconexão é possível graças a protocolos padronizados que garantem a comunicação eficiente entre diferentes sistemas, independentemente de sua localização geográfica.

### World Wide Web (WWW)

Dentro desse vasto universo digital, a World Wide Web, ou simplesmente Web, destaca-se como uma das partes mais acessíveis e utilizadas da internet. A Web é um sistema de documentos hipermídia interligados que podem ser acessados através da internet usando um navegador.

Funciona a partir do protocolo HTTP (HyperText Transfer Protocol), que permite a transferência de informações entre servidores e clientes. A interface gráfica proporcionada pelos navegadores torna a navegação intuitiva, permitindo que usuários interajam com textos, imagens, vídeos e outros recursos multimídia de forma integrada.

### Navegadores de Internet

Um navegador de internet é um programa essencial para acessar e interagir com o conteúdo da web. Conhecidos também como web browsers, eles exibem qualquer tipo de conteúdo disponível na internet, como textos, imagens, vídeos, jogos, animações, aplicativos e até servidores.

### Funcionalidades de um Navegador de Internet

A principal funcionalidade de um navegador é interpretar e exibir conteúdos digitais, como páginas da web escritas em HTML, imagens, vídeos e outros tipos de arquivos. Além disso, os navegadores modernos oferecem uma série de ferramentas úteis, que melhoram a experiência de navegação:

- **Barra de Endereço:** Localizada no topo da janela do navegador, permite ao usuário digitar a URL (endereço eletrônico) para acessar um site.
- **Botões de Navegação:** Botões de “Voltar”, “Avançar” e “Início” facilitam o movimento entre páginas já acessadas.
- **Favoritos/Marcadores:** Permitem salvar URLs de páginas frequentemente visitadas para rápido acesso.
- **Atualizar:** Recarrega a página para mostrar atualizações ou mudanças no conteúdo.
- **Histórico de Navegação:** Exibe as páginas visitadas anteriormente e pode ser gerenciado ou apagado.
- **Gerenciador de Downloads:** Administra os arquivos baixados pelo usuário, permitindo pausar ou cancelar downloads.
- **Extensões e Complementos:** Ferramentas adicionais que podem ser instaladas para aumentar as funcionalidades do navegador, como bloqueadores de anúncios, gerenciadores de senhas e plugins de produtividade.
- **Modo de Navegação Anônima/Privada:** Oferece privacidade ao usuário, impedindo o armazenamento de histórico de navegação e cookies.

Navegadores como Google Chrome, Firefox, Microsoft Edge, Opera e Safari são alguns dos mais populares:



## Cinemática vetorial<sup>1</sup>

### Deslocamento vetorial

O deslocamento vetorial ( $d$ ) mostra a mudança de posição de um corpo. O vetor tem origem na posição inicial e termina na posição final. Isso independe da trajetória do objeto, se ele fez curvas ou não.

No Sistema Internacional de Unidades (SI), o deslocamento é medido em metros (m).

### Velocidade vetorial média

A velocidade vetorial média ( $V$ ) é a média da velocidade durante um certo período de tempo. Não importa se em alguns momentos um carro se deslocou a uma velocidade e em outros momentos com outra velocidade.

Para isso, é utilizado o deslocamento total ( $\Delta d$ ) do objeto e o período de tempo ( $\Delta t$ ) para completar todo o caminho. Sendo assim, temos a seguinte fórmula:

$$V_m = \Delta d / \Delta t$$

Segundo o SI:

$V_m$ : metro por segundo (m/s);

$\Delta d$ : metro (m);

$\Delta t$ : segundo (s).

### Vetor aceleração média

A aceleração vetorial média também é definida como a média da aceleração durante todo o deslocamento. Para calculá-la é preciso utilizar a variação da velocidade vetorial ( $\Delta v$ ) e o período de tempo que foi preciso para realizar o deslocamento. Assim, temos a seguinte fórmula para a aceleração vetorial média:

$$a_m = \Delta v / \Delta t$$

Segundo o SI:

$a_m$ : metro por segundo ao quadrado ( $m/s^2$ );

$\Delta v$ : metro por segundo (m/s);

$\Delta t$ : segundo (s).

### Composição de movimentos

Há alguns movimentos que acontecem no dia a dia que são realizados de forma simultânea, mas em direções diferentes, porém são percebidos como um só. É o caso do movimento do carrossel, em que ele realiza um movimento circular em torno do seu eixo, mas os cavalos realizam um movimento de sobe e desce, o que forma algo semelhante a um gráfico senoidal.

Outro exemplo é quando um barco está atravessando um rio de uma margem a outra. Apesar de o esperado ser que ele realize um movimento retilíneo, por conta da correnteza, ele realiza um movimento em diagonal.

Dessa forma, quando vamos resolver um problema com mais de um vetor atuando, é necessário considerá-los e fazer a composição de movimentos. Por exemplo, vamos imaginar a situação do barco que quer atravessar o rio. Suponha que a velocidade vetorial dele é de 15 m/s e a da correnteza do rio é de 6 m/s. Sendo assim, é preciso somar os vetores utilizando a regra do paralelogramo.

Assim, temos a seguinte situação:

$$a^2 = b^2 + c^2$$

$$v^2 = 15^2 + 6^2$$

<sup>1</sup><https://www.stoodi.com.br/blog/2018/07/24/cinemática-vetorial/>



## Ética e Cidadania

Ética é uma palavra de origem grega “ethos” que significa caráter. Sendo assim, diferentes filósofos tentaram conceituar o termo ética:

Sócrates ligava-o à felicidade de tal sorte que afirmava que a ética conduzia à felicidade, uma vez que o seu objetivo era preparar o homem para o autoconhecimento, conhecimento esse que constitui a base do agir ético. A ética socrática prevê a submissão do homem e da sua ética individual à ética coletiva que pode ser traduzida como a obediência às leis.

Para Platão a ética está intimamente ligada ao conhecimento dado que somente se pode agir com ética quando se conhece todos os elementos que caracterizam determinada situação posto que somente assim, poderá o homem alcançar a justiça.

Para José Renato Nalini “ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade. É uma ciência, pois tem objeto próprio, leis próprias e método próprio, na singela identificação do caráter científico de um determinado ramo do conhecimento. O objeto da Ética é a moral. A moral é um dos aspectos do comportamento humano. A expressão moral deriva da palavra romana mores, com o sentido de costumes, conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática.<sup>1</sup>

Com exatidão maior, o objeto da ética é a moralidade positiva, ou seja, “o conjunto de regras de comportamento e formas de vida por meio das quais tende o homem a realizar o valor do bem”. A distinção conceitual não elimina o uso corrente das duas expressões como intercambiáveis. A origem etimológica de Ética é o vocábulo grego “ethos”, a significar “morada”, “lugar onde se habita”. Mas também quer dizer “modo de ser” ou “caráter”. Esse “modo de ser” é a aquisição de características resultantes da nossa forma de vida. A reiteração de certos hábitos nos faz virtuosos ou viciados. Dessa forma, “o ethos é o caráter impresso na alma por hábito”

ÉTICA
Ethos (grego): caráter, morada do ser;
Disciplina filosófica (parte da filosofia);
Os fundamentos da moralidade e princípios ideais da ação humana;
Ponderação da ação, intenção e circunstâncias sob o manto da liberdade;
Teórica, universal (geral), especulativa, investigativa;
Fornece os critérios para eleição da melhor conduta.

### ► Ética e Moral

Entre os elementos que compõem a Ética, destacam-se a Moral e o Direito. Assim, a Moral não é a Ética, mas apenas parte dela. Neste sentido, moral vem do grego Mos ou Morus, referindo-se exclusivamente ao regramento que determina a ação do indivíduo.

Assim, Moral e Ética não são sinônimos, não apenas pela Moral ser apenas uma parte da Ética, mas principalmente porque enquanto a Moral é entendida como a prática, como a realização efetiva e cotidiana dos valores; a Ética é entendida como uma “filosofia moral”, ou seja, como a reflexão sobre a moral. Moral é ação, Ética é reflexão.

<sup>1</sup> [NALINI, José Renato. *Conceito de Ética*. Disponível em: [www.aureliano.com.br/downloads/conceito\\_etica\\_nalini.doc](http://www.aureliano.com.br/downloads/conceito_etica_nalini.doc).]  
[ADOLFO SÁNCHEZ V ÁZQUEZ, *Ética*, p. 12. Para o autor, *Ética seria a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade*.]

[*Ciência, recorda MIGUEL REALE, é termo que “pode ser tomado em duas acepções fundamentais distintas: a) como ‘todo conjunto de conhecimentos ordenados coerentemente segundo princípios’; b) como ‘todo conjunto de conhecimentos dotados de certeza por se fundar em relações objetivas, confirmadas por métodos de verificação definida, suscetível de levar quantos os cultivam a conclusões ou resultados concordantes’” (Filosofia do direito, p. 73, ao citar o Vocabulaire de la philosophie, de LALANDE).*]

[EDUARDO GARCÍA MÁYNEZ, *Ética - Ética empírica. Ética de bens. Ética formal. Ética valorativa*, p. 12.]



## A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A configuração atual do território brasileiro é resultado de um longo processo histórico, político e social que começou ainda no período colonial. Para compreender como o Brasil chegou à sua forma e extensão atuais, é fundamental analisar os fatores que influenciaram a ocupação do espaço, os tratados internacionais e as ações internas do Estado português e, posteriormente, brasileiro.

Esta formação territorial não se deu de forma linear, mas por meio de avanços, conflitos, negociações e adaptações ao longo do tempo.

### ▸ O Tratado de Tordesilhas e os primeiros limites

Em 1494, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia uma linha imaginária a 370 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde. Tudo o que estivesse a leste dessa linha pertenceria a Portugal, e a oeste, à Espanha. No entanto, essa divisão não levou em conta os conhecimentos geográficos limitados da época, e com o passar dos anos, a efetiva ocupação portuguesa ultrapassou essa linha, ampliando consideravelmente o território inicialmente previsto.

A ocupação real do território acabou sendo muito mais influente do que os limites estabelecidos nos tratados. Os portugueses, especialmente com o avanço das bandeiras e das frentes de expansão econômica, como a extração de ouro, a coleta de drogas do sertão e a criação de gado, foram ocupando terras muito além da linha de Tordesilhas.

### ▸ As bandeiras e a expansão territorial

Durante os séculos XVII e XVIII, as bandeiras — expedições organizadas a partir de São Paulo — tiveram papel fundamental na expansão territorial do Brasil. Os bandeirantes penetraram profundamente no interior do continente, buscando riquezas minerais, capturando indígenas e abrindo caminho para novas frentes de ocupação. Essas incursões estenderam a presença portuguesa para áreas que, em teoria, estariam sob domínio espanhol, como o atual Centro-Oeste e parte da Amazônia.

Esse movimento gerou a necessidade de rever os acordos anteriores entre Portugal e Espanha. Foi nesse contexto que surgiram novos tratados, como o Tratado de Madri, de 1750, que estabeleceu o princípio do *uti possidetis*, segundo o qual a posse de terras se dava com base na ocupação efetiva, e não apenas em acordos cartográficos.

### ▸ Tratado de Madri e a consolidação das fronteiras

O Tratado de Madri foi um marco importante na definição das fronteiras brasileiras. Diferentemente do Tratado de Tordesilhas, que traçava uma linha rígida, o novo acordo reconhecia as áreas efetivamente ocupadas por cada coroa. A partir desse princípio, grande parte do território que hoje compõe o Brasil foi oficialmente incorporado à administração portuguesa.

Além disso, houve outros tratados que ajustaram fronteiras em regiões específicas, como o Tratado de Santo Ildefonso (1777) e o Tratado de Badajós (1801), ambos com o objetivo de resolver conflitos pontuais entre Portugal e Espanha. Ao final do período colonial, o território brasileiro já possuía uma configuração muito próxima da atual.



- A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.
- O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.
- **A seguir, o tema será explorado em três partes:** o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

### DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

- **O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:**
- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.
- Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.
- Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.
- O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.
- Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.
- O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.
- Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.



Se você está aqui é porque provavelmente escolheu ou pretende escolher a Língua Espanhola para fazer a prova de língua estrangeira do ENEM. Se ainda não tomou essa decisão, a seguir, veja algumas vantagens em escolher essa língua como idioma para o ENEM:

- **Proximidade da escrita com a língua portuguesa:** apesar de existirem gramáticas diferentes, temos a mesma origem linguística, o que torna a leitura mais simples pela proximidade da escrita. Mesmo com os heterossemânticos, que veremos a seguir, é possível entender o significado de uma proposição em espanhol sem necessariamente dominar a língua.
- **Mesma estrutura organizacional:** tanto a língua espanhola quanto a língua portuguesa seguem o padrão de estrutura oracional sujeito + verbo + complemento. Isso é muito importante para compreender os enunciados.

Agora que você já escolheu o idioma para a sua prova, os aspectos a seguir requerem sua atenção para realizar uma boa prova.

As questões de espanhol são baseadas em textos 100% escritos em espanhol. Porém, o enunciado e as questões estão escritos em português. O que pode facilitar ou não a sua prova. São apenas 5 questões do idioma, mas, como elas têm pesos distintos, isso pode fazer a diferença na sua nota final, então, não negligencie essa parte e dê a devida atenção para essas perguntas.

Ao ler a questão, observe todos os aspectos relacionados a ela e ao texto: o título do texto, as imagens/ figuras relacionadas, a fonte do texto, nome do autor e local onde foi publicado originalmente. Isso pode te dar um “norte” quanto ao gênero. Se foi em um site de notícias, provavelmente é uma notícia ou reportagem, por exemplo.

A prova de idiomas é baseada na interpretação de diferentes tipos textuais, geralmente, tirinhas, poemas, letras de música, anúncios publicitários e textos jornalísticos em prosa. E, para realizar uma boa interpretação, é necessário praticar a leitura.

A seguir, destacaremos alguns destes tipos textuais como exemplos:

- **Notícias:** as notícias aparecem com temas diversos, desde assuntos mais sérios até temas de entretenimento como filmes e séries.

Exemplo:

La primera escuela pública secundaria argentina con el nombre “Quino”

Con alegría y emoción recibimos la noticia de que una institución educativa en Río Negro llevará el nombre “Quino”. Se trata de la Escuela Secundaria Nro. 16, ubicada en la ciudad de General Roca.

El nombre fue elegido por todos los miembros de la comunidad educativa de la escuela, quienes participaron en el proceso en plena pandemia, en octubre de 2020. Luego, una resolución del Consejo Provincial de Educación de la Provincia de Río Negro estableció formalmente, a principios de marzo de este año, que la escuela lleve, de ahora en más, el nombre “Quino”.

Es la primera escuela secundaria en Argentina que tendrá el nombre del humorista gráfico más querido por niños y adolescentes, quienes crecieron leyendo a Mafalda, su inigualable creación.

Pablo Iglesias Cortina, preceptor de la escuela y quien lideró el proceso de selección del nombre, agregó: “Quino dijo en una entrevista hace algunos años, cuando los libros de Mafalda llegaron a todas las escuelas del país, que todo lo que hacía lo había aprendido de sus maestras. Para nosotros eso fue como reivindicar lo poderosa que es la educación.”

Fonte: <https://www.quino.com.ar/post/la-primera-escuela-argentina-con-el-nombre-quino>

- **Tirinhas/histórias em quadrinhos:** os personagens mais comuns em tirinhas em espanhol são Mafalda, Quino e Gaturro.



### ► Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

### ► Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

### ► Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos

Os arts. 48, XI e 61, § 1º da CFB/1988 dispõem que a criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo a quem compete, de forma privada, e por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não ensejar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Desta forma, para que haja a criação e extinção de órgãos, existe a necessidade de lei, no entanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, denota-se que poderá ser utilizado ato normativo inferior à lei, que se trata do decreto. Caso



► **Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte**

▪ **O poder constituinte se revela sempre como uma questão de “poder”, de “força” e de “autoridade” política que está em condições de, numa determinada situação concreta, criar, garantir ou eliminar uma Constituição entendida como lei fundamental da comunidade política[ LENZA, Pedro. Direito constitucional / Pedro Lenza. – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Coleção Esquematizado®)].**

▪ A titularidade do poder constituinte, como aponta a doutrina moderna, pertence ao povo. Nesse sentido, afirma-se que poder constituinte significa, assim, poder constituinte do povo, e que deve ser concebido como uma “grandeza pluralística”, ou seja, como uma pluralidade de forças culturais, sociais e políticas tais como partidos, grupos, igrejas, associações, personalidades, decisivamente influenciadoras da formação de “opiniões”, “vontades”, “correntes” ou “sensibilidades” políticas nos momentos pré constituintes e nos procedimentos constituintes.

▪ **Nesse sentido, seguindo a tendência moderna, o parágrafo único do art. 1º da CF/88:** “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição” (democracia semidireta ou participativa).



LENZA, Pedro. Direito constitucional / Pedro Lenza. – 25. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Coleção Esquematizado®).

**Hiato constitucional (revolução - mutação - reforma - hiato autoritário):**

▪ O hiato constitucional, também chamado de revolução, verifica-se quando há um choque (ou “divórcio”) entre o conteúdo da Constituição política (uma das formas do direito legislado) e a realidade social ou sociedade.

▪ A partir da quebra do processo constitucional, diante da não correspondência entre o texto posto e a realidade social, poderá surgir espaço para o denominado “momento constituinte” democrático e, assim, diante da manifestação do poder constituinte originário, a elaboração de novo documento que encontre legitimidade social.

▪ Ainda, diante da lacuna poderá também ser verificada a necessidade de mudança no sentido interpretativo da norma posta, ou seja, o instituto da mutação constitucional, pelo qual a “letra fria” do texto é mantida, mas se atribui um novo sentido interpretativo, nos exatos termos da realidade social evolutiva.

▪ Em outro sentido, o vácuo de correspondência poderá sinalizar a necessidade de manifestação (formal) do poder de reforma, por meio das emendas constitucionais, fazendo com que haja a manifestação do poder constituinte derivado reformador.

▪ Finalmente, a quebra poderá dar espaço para a ilegítima outorga constitucional, manifestando-se o poder autoritário e fazendo com que o hiato constitucional se transforme em hiato autoritário, que persistirá mesmo diante da edição de textos (ilegítimos) como foi, por exemplo, durante o regime militar, o AI-5.



### ► Princípio da Legalidade (ou reserva legal)

Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, a elaboração de normas incriminadoras é função exclusiva da lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição. Assim, nenhum fato pode ser considerado crime e nenhuma pena criminal pode ser aplicada sem que, antes da ocorrência desse fato exista uma lei que o defina como crime e comine-lhe sanção correspondente. Encontra-se previsto, expressamente, no art. 5.º, XXXIX, da CF, bem como no art. 1.º do Código Penal.

### ► Princípio da Anterioridade

Significa que uma pessoa só pode ser punida, se a época do fato por ela praticado, já estava em vigor a lei que descrevia o delito. Desse modo, a lei penal incriminadora somente pode ser aplicada a um fato concreto, caso tenha tido origem antes da prática da conduta para a qual se destina, conforme dita o texto constitucional e o art. 1.º do Código Penal, “não há crime sem lei anterior que o defina”, nem tampouco pena “sem prévia cominação legal”.

Frise-se que o indivíduo somente está protegido contra os abusos do Estado, caso possa ter certeza de que as leis penais são aplicáveis para o futuro, a partir de sua criação, não retroagindo para abranger condutas já realizadas.

### ► Princípio da Humanidade

Significa que o direito penal deve pautar-se pela benevolência, garantindo o bem-estar da coletividade, incluindo-se o dos condenados, os quais não devem ser excluídos da sociedade, somente porque infringiram a norma penal, tratados como se não fossem seres humanos, mas animais ou coisas.

Desse modo a Constituição dita que não haverá penas:

- a) de morte (exceção feita à época de guerra declarada, conforme previsão dos casos feita no Código Penal Militar);
- b) de caráter perpétuo;
- c) de trabalhos forçados;
- d) de banimento;
- e) cruéis (art. 5.º, XLVII), bem como que deverá ser assegurado o respeito à integridade física e moral do preso (art. 5.º, XLIX).

### ► Princípio da Personalidade ou da responsabilidade pessoal

Significa que a punição, em matéria penal, não deve ultrapassar a pessoa do delincente. Trata-se de uma conquista do direito penal moderno, impedindo que terceiros inocentes e totalmente alheios ao crime possam pagar pelo que não fizeram, nem contribuíram para que fosse realizado.

A família do condenado, por exemplo, não deve ser afetada pelo crime cometido. Por isso, prevê a Constituição, no art. 5.º, XLV, que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado”. Isso não significa a impossibilidade de garantir à vítima do delito a indenização civil ou que o Estado não possa confiscar o produto do crime – aliás, o que o próprio art. 5.º, XLV, prevê.

No direito Civil, todavia, se o ofendido ajuizar ação de reparação de danos contra o sentenciado, caso este faleça, a ação pode prosseguir contra o espólio, atendido o limite da herança.



### 1. Conceito

O que é ação penal? Instrumento que dá início ao processo, por meio do qual o Estado poderá exercer seu “ius puniendi”, isto é, o poder-dever de punir o infrator.

O poder-dever surge a partir da prática da infração penal, mas para que o Estado possa aplicar a devida sanção ao infrator, ele necessita de um mecanismo, que é o processo criminal, este tem início com a ação penal.

### 2. Condições da Ação Penal (“PIL”)

- **Possibilidade jurídica do pedido:** possibilidade do poder judiciário, em análise abstrata, dar aquilo que é pedido pelo titular da ação penal – se o Estado não puder dar o que o titular pede, o pedido é juridicamente impossível.
- **Polêmica:** alguns doutrinadores entendem que a possibilidade jurídica do pedido é uma questão de mérito e não uma condição, visto que o CPC/15 determina isso em ações cíveis. Porém, na ação penal, sequer se precisa entrar no mérito para saber se o pedido é possível ou não, logo a antecedência lhe dá o aspecto de condição.
- **Interesse de agir:** caracterizado pelo binômio necessidade e adequação.
- **Necessidade da tutela jurisdicional:** é presumida, pois o Estado vai sempre precisar do processo penal para aplicar a punição.
- **Adequação:** utilização do meio correto para obter o que almeja.
- **Utilidade:** a utilidade nas condições de ação penal é um dos aspectos que devem ser considerados para o ajuizamento de uma ação penal válida e eficaz. De forma que são requisitos que devem ser atendidos para que o Estado possa exercer o seu direito de punir (jus puniendi) em relação a um fato concreto que constitua uma infração penal.
- **Teoria da prescrição em perspectiva:** quando o prazo prescricional estivesse próximo de consumir, o membro do MP deve deixar de ajuizar a ação penal, entendendo que a ação não teria utilidade, visto a proximidade da prescrição – esta teoria **não** é aceita no Brasil.
- **Legitimidade ad causam (ativa e passiva):** legitimidade para figurar como autor ou como réu na ação penal.
- **É a pertinência subjetiva para a demanda:** quem figura como autor da demanda é aquele que a Lei confere direito de ajuizar a demanda (MP na ação penal pública, vítima na ação penal privada).

Quem possui pertinência subjetiva para ser o réu? Aquele que supostamente cometeu a infração penal – não pode processar um sucessor do infrator, por exemplo.

Mas se eu souber quem foi o réu, mas não souber o seu nome? A ação penal pode prosseguir, sendo que, a qualquer tempo, no curso do processo, do julgamento ou da execução da sentença, se for descoberta a sua qualificação, far-se-á a retificação, por termo, nos autos, sem prejuízo da validade dos atos precedentes (Art. 259).

#### 2.1. Justa Causa - Natureza?

- **Conceito:** existência de lastro probatório mínimo para o ajuizamento válido da AP.
- **Lastro probatório mínimo:** elementos de convicção mínimo.

Prova da ocorrência do crime (materialidade delitiva).

Indícios suficientes de autoria da infração penal.



A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

Com a promulgação da Constituição de 1988, intensifica-se a interação e conjugação do Direito Internacional e do Direito interno, que fortalecem a sistemática de proteção dos direitos fundamentais, com uma principiologia e lógica próprias, fundadas no princípio da primazia dos direitos humanos. Testemunha-se o processo de internacionalização do Direito Constitucional somado ao processo de constitucionalização do Direito Internacional.

A Carta de 1988 e os tratados de direitos humanos lançam um projeto democratizante e humanista, cabendo aos operadores do direito introjetar e incorporar os seus valores inovadores. Os agentes jurídicos hão de se converter em agentes propagadores de uma ordem renovada, democrática e respeitadora dos direitos humanos, impedindo que se perpetuem os antigos valores do regime autoritário, juridicamente repudiado e abolido.

Atualmente, mais do que nunca, os operadores do Direito estão à frente do desafio de resgatar e recuperar no aparato jurídico seu potencial ético e transformador, aplicando a Constituição e os instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos por ela incorporados. Estão, portanto, à frente do desafio de reinventar, reimaginar e recriar seu exercício profissional, a partir deste novo paradigma e referência: a prevalência dos direitos humanos.

Os tratados de direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais, sua interpretação deve ser autônoma, e não de acordo com o direito interno, prevalecendo a interpretação “pro homine”; principalmente, nos casos de dúvidas, bem como deve estabelecer o maior proveito dessa interpretação ao titular do direito.

Para retirada de sentido dos tratados de direitos humanos é necessário que isso seja feito segundo o princípio da interpretação autônoma, que consiste em buscar o sentido da mensagem passada internacionalmente no próprio tratado, o que evita confundi-lo com as normas de direito interno, nem sempre em consonância com o sentido desejado internacionalmente, para dotar de maior efetividade os textos internacionais de direitos humanos.

Interpretação pro homine significa que, o ser humano deve estar, diante da interpretação, em posição favorável, que impõe a necessidade de que a interpretação normativa seja feita sempre em prol da proteção dada aos indivíduos.

Deve o intérprete (e o aplicador do direito) optar pela norma que, no caso concreto, mas projeta o ser humano sujeito de direitos. Tal é assim pelo fato de o ser o indivíduo (vítima da violação de direitos humanos) sempre a parte mais vulnerável na relação com o Estado, o que demanda, só por isso, uma interpretação mais favorável aos seus interesses.

Ademais, a interpretação deve ser feita de modo a dar maior proveito dessa interpretação ao titular do direito, motivo pelo qual a interpretação é feita segundo o que se quer em âmbito internacional.

Os tratados de direitos humanos [Mazzuoli, Valerio de O. Curso de Direitos Humanos. (9th edição). Grupo GEN, 2021.], não são tratados comuns; são tratados que têm primazia na ordem doméstica, podendo até mesmo equivaler a uma emenda constitucional formal no Brasil (pela sistemática do art. 5.º, § 3.º, da Constituição).

À medida que os tratados de direitos humanos não são normas de direito internacional tradicionais, sua interpretação também há que ser realizada levando em consideração a sua lógica e principiologia. De fato, atualmente, o direito internacional tem cada vez mais vocação para reger situações especiais (como é o caso dos tratados de direitos humanos) e distintas da lógica tradicional das relações apenas entre Estados, o que demanda, também, novos modelos jurídicos de interpretação, voltados, sobretudo, à proteção do indivíduo.

Observe-se que os tratados contemporâneos sobre direitos humanos já contêm “cláusulas de diálogo” ou “cláusulas dialógicas” que fazem operar entre a ordem internacional e a interna um “diálogo” tendente a proteger sempre mais o indivíduo. Exemplo dessa cláusula é o art. 29, b, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual nenhuma disposição da presente Convenção pode ser interpretada no sentido de “limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos Estados-partes ou em virtude de Convenções em que seja parte um dos referidos Estados”.



## LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 1º Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

§ 4º (VETADO)

§ 5º Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente.

Art. 2º São vias terrestres urbanas e rurais as ruas, as avenidas, os logradouros, os caminhos, as passagens, as estradas e as rodovias, que terão seu uso regulamentado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre elas, de acordo com as peculiaridades locais e as circunstâncias especiais.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Código, são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Art. 3º As disposições deste Código são aplicáveis a qualquer veículo, bem como aos proprietários, condutores dos veículos nacionais ou estrangeiros e às pessoas nele expressamente mencionadas.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos deste Código são os constantes do Anexo I.



### LEI Nº 5.553, DE 6 DE DEZEMBRO DE 1968.

*Dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA.** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A nenhuma pessoa física, bem como a nenhuma pessoa jurídica, de direito público ou de direito privado, é lícito reter qualquer documento de identificação pessoal, ainda que apresentado por fotocópia autenticada ou pública-forma, inclusive comprovante de quitação com o serviço militar, título de eleitor, carteira profissional, certidão de registro de nascimento, certidão de casamento, comprovante de naturalização e carteira de identidade de estrangeiro.

Art. 2º Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

§ 1º - Além do prazo previsto neste artigo, somente por ordem judicial poderá ser retido qualquer documento de identificação pessoal. (Renumerado pela Lei nº 9.453, de 20/03/97)

§ 2º - Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado. (Incluído pela Lei nº 9.453, de 20/03/97)

Art. 3º Constitui contravenção penal, punível com pena de prisão simples de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa de NCR\$ 0,50 (cinquenta centavos) a NCR\$ 3,00 (três cruzeiros novos), a retenção de qualquer documento a que se refere esta Lei.

Parágrafo único. Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

### LEI Nº 12.037, DE 1º DE OUTUBRO DE 2009.

*Dispõe sobre a identificação criminal do civilmente identificado, regulamentando o art. 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal.*

**O VICE – PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nos casos previstos nesta Lei.

Art. 2º A identificação civil é atestada por qualquer dos seguintes documentos:

- I – carteira de identidade;
- II – carteira de trabalho;
- III – carteira profissional;
- IV – passaporte;